

## Os Grémios da Lavoura no distrito de Bragança e as funcionalidades corporativas nas comunidades rurais

### The Farmers Guilds in Bragança district and the corporative functionalities in the rural communities

Leonardo Aboim Pires<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo debruçamo-nos sobre as relações entre o corporativismo, os poderes locais e a estrutura económica numa região específica de Portugal – Bragança – durante o Estado Novo. Para tal, examinamos os grémios da lavoura, de forma a recontextualizar algumas das suas características específicas e relações institucionais, mas também as várias táticas promovidas de forma a criar espaços capazes de integrar proprietários e trabalhadores rurais. Estas questões levaram-nos a analisar ainda os constrangimentos impostos pelas circunstâncias socioeconómicas. Adicionalmente, este trabalho atesta como o sistema organizacional criado pelo Estado corporativo português foi titubeante, não sendo uma solução concertada e satisfatória para os interesses económicos, contrariamente aos objetivos estipulados pelos princípios doutrinários. É também demonstrado o papel dos grémios da lavoura no processo de reorganização administrativa e a tensa coexistência e disputas suscitadas pela sua criação.

**Palavras-chave:** corporativismo; sociedade rural; Estado Novo; grémios da lavoura; Bragança

**Abstract:** In this article we deal with the interrelationship between corporatism, local powers and economic structure in a specific Portuguese region – Bragança – during the *Estado Novo*. Here, we examine the farmers guilds to put in perspective their specific characteristics and institutional linkages but also the various tactics promoted tending to create spaces able to integrate landowners and rural workers. These remarks lead us to analyse the mechanisms used to avoid the obstacles created by social and economic circumstances. Additionally, this work sustains the idea that the agrarian organizational system created Portuguese corporate state was faltering and wasn't a concerted and satisfactory solution for the economic interests, contrary to the objectives set by the doctrinal principles. In parallel, it shows the farmers guilds' role in the administrative shaping process and the tense coexistence and disputes following the creation of these institutions.

**Keywords:** corporatism; rural society; Estado Novo; farmers guilds; Bragança

## Introdução

Ao longo das duas últimas décadas, o estudo sobre o corporativismo português, sistema estabelecido ao longo do Estado Novo e um dos pilares em que assentaria a durabilidade do próprio regime, tem conhecido vários avanços. Todavia, uma constatação se pode retirar do repositório analítico criado nos últimos anos: apesar dos novos trabalhos surgidos, denota-se uma escassez de estudos sobre a implantação local deste modelo.

Com efeito, o regime corporativo criou uma malha de organismos que se estendeu por todos os pontos do país. Construiu-se um Estado corporativo «localmente hegemónico» (FREIRE, 2012, p. 276), abrangendo diversas valências da vida socioeconómica das várias regiões, constituindo um sistema pois, na sua base, existia uma clara intenção holística e totalizante. Do ponto de vista da sua hierarquização, no seio dos organismos primários e cujo raio de ação se inseria no contexto rural, contavam-se, além das casas do povo, os grémios da lavoura, devidamente enquadrados na chamada Organização Corporativa da Lavoura, lançada pela Lei n.º 1957, de 20 de maio de 1937 e estabelecida pelo Decreto n.º 29 494, de 22 de março de 1939. Os grémios da lavoura tinham como função agrupar os produtores de cada região, tutelando os interesses destes através das disposições legais disponíveis.

Apesar destes passos iniciais que desembocaram nesta moldura legal, as disrupções criadas pelo ambiente bélico vivido entre 1939 e 1945 colocaram em causa a aplicação prática do ideário do corporativismo, a diversos níveis, levantando reservas sobre a sua exequibilidade e suscitando críticas dentro do próprio regime. De forma a contornar tais pruridos, o governo criou uma Comissão de Inquérito aos Elementos da Organização Corporativa. Do conjunto de quesitos estipulados, resultaria um vasto libelo sobre o modelo de atuação destes organismos, entre os quais os grémios da lavoura, espelhando a realidade local em que tais organismos se encontravam inseridos. Apesar da subversão vivida e de erros apontados, o horizonte normativo manteve-se durante as décadas de 1950 e 1960, com o regular funcionamento dos grémios da lavoura, bem como dos restantes organismos, prologando-se até ao fim do regime, em 1974.

Através da documentação depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Parlamentar, é intenção deste artigo<sup>2</sup> apresentar alguns aspetos sobre os fundamentos subjacentes à criação da rede de grémios da lavoura em Bragança e perceber o seu funcionamento interno e qual o impacto socioeconómico na região ao longo do Estado Novo.

## A extensão do Estado Novo e do corporativismo às zonas periféricas do país

A institucionalização do Estado Novo, além da sua componente autoritária, traduziu-se na procura da edificação de um modelo orgânico. De acordo com os princípios doutrinários e os discursos que estiveram na base do regime, este articulado basear-se-ia na recuperação de uma identidade adulterada pelo regime liberal oitocentista, no sentido de estabelecer novas modalidades de consenso político. Os princípios de relação entre o Estado e as comunidades deveriam ser estabelecidos a partir de um processo de integração que «não é deixado à mercê do jogo espontâneo dos indivíduos, dos grupos ou dos partidos, mas procurado directamente pelo Estado e reconhecido como uma das suas funções essenciais» (HESPANHA, 2003, p. 1287). Do ponto de vista económico, a organização corporativa revelou-se um paliativo adequado aos efeitos da crise dos anos 1930, centrando-se nas atividades ligadas à exploração do setor primário e às exportações, demonstrando o Estado, não apenas um «empirismo organi-

<sup>2</sup> O presente artigo reproduz uma comunicação apresentada no III Congresso Internacional de História Local, a 2 de outubro de 2019, realizado na Universidade de Évora. O resultado final é tributário dos comentários e sugestões feitas na sessão pelas Professoras Doutoras Ana Cristina Martins, Mafalda Soares da Cunha e Maria Ana Bernardo, a quem deixamos o nosso agradecimento.

zador» (MADUREIRA, 1998, p. 797), mas também um «casuismo pragmático» (ROSAS, 2012, p. 39), conhecendo, progressivamente, uma considerável implantação no território. A importância da agricultura e das pescas no quadro da economia nacional justificou a imposição das organizações corporativas a estes subsectores.

A república «unitária e corporativa», definição que se encontrava na letra da Constituição de 1933 (artigo 5º), revelou-se uma ideia que ficou aquém do esperado, não sendo algo erigido de modo linear, mas constituindo um processo multiforme, nomeadamente, na inserção do poder local nestas novas lógicas (AMARO, 2015). A transmutação das fórmulas teóricas para a realidade coeva é uma questão que se colocou nos alvares dos vários regimes. Nessas formas concretas, poder-se-á encontrar a capacidade de atração que o regime salazarista exerceu e para a qual a contribuição do corporativismo foi importante, como se verá.

Durante o Estado Novo, o enquadramento das populações foi feito, na sua maioria, de forma coerciva. A captação de apoio das clientelas locais forçava a uma gestão mais cautelosa, sem fazer perigar a base social de apoio ao regime. Estes equilíbrios apontam para uma das feições dos regimes fascistas: «the multiplicity of fascism's social supports and its relative success in creating a composite movement that cut across all classes» (PAXTON, 2004, p. 210). A esta constatação dever-se-á acrescentar o facto de que o fascismo apresentava «soluções plausíveis para problemas sociais modernos» (MANN, 2011, p. 31), conseguindo obter apoios, favorecendo a sua instalação, sobretudo, na Europa Meridional, na qual Portugal não foi exceção.

Do ponto de vista das oligarquias localizadas nas zonas afastadas das urbes, a referida procura do apoio levou a uma situação na qual «o Estado autoritário feudalizou-se, confundindo-se com os interesses privados» (RAMOS, 1986, p. 134). O acesso ao poder local constitui a prova desse modelo<sup>3</sup>, com a nomeação dos presidentes da Câmara feita pelo governo, tal como previa o Código Administrativo de 1936. A colocação de figuras afetas ao regime em cargos camarários levou, entre outros, à «desvalorização político-administrativa do cargo de presidente de Câmara (patente, desde logo, na ausência de remuneração) [...] acompanhada – e, por assim dizer, 'compensada' – por uma valorização do mesmo em termos de prestígio social» (ARAÚJO, 2003, p. 138). Como salientou Marcello Caetano, os municípios e a sua organização deviam partir de dois princípios: o primeiro, defendia que «o Município tem que estar integrado na orgânica do Estado e no espírito que a rege»; o segundo advogava que «os órgãos do Município só podem representar os interesses unitários da comunidade municipal» (CAETANO, 1937, p. 327). O Estado Novo encerrou, na sua estruturação político-administrativa, um reforço do centralismo<sup>4</sup>, a que a instauração do regime corporativo não foi alheia, assistindo-se a um processo de integração das periferias no sistema orgânico de representação política. O resultado caracterizava-se por um poder central que, almejando o controlo da periferia, lhe impunha a sua mundividência.

As tensões derivadas desse articulado ocorreram em vários aspetos. No nosso caso de estudo, Bragança foi um dos distritos que mostrou oposição à reforma administrativa de 1936-1940, à semelhança de Aveiro, Leiria, Portalegre, Viana do Castelo e Guarda. As elites locais chegaram mesmo a protestar junto da Assembleia Nacional, temendo perder «muita da sua centralidade e capacidade de influência» (AMARO, 2015, p. 96). Numa representação enviada ao presidente da Assembleia, alegava-se que, nesta reforma, fora esquecido «que a dignidade e os interesses de Bragança eram feridos no seu âmago, ferindo-se ao mesmo tempo os arreigados sentimentos dos brigantinos».

3 Em finais de 1932, numa carta enviada a Horácio Assis Gonçalves, o presidente da Câmara de Vinhais, padre Firmino Augusto Martins, concluiu que «a política do Mº do Int.or cai no caciquismo» (GONÇALVES 1981, p. 41).

4 Para César de Oliveira, havia «uma centralização tríplice nas autarquias: a nomeação governamental do presidente da câmara, a possibilidade de dissolução (que se fundava na capacidade interventora e inspectiva dos Ministérios das Finanças e do Interior) e a obrigatoriedade de aprovação, pela administração central, de determinadas deliberações municipais» (OLIVEIRA, 1996, p. 310).

A passagem dos distritos a províncias e as mudanças legislativas daí advindas tinham, como consequência, «terras sem vida, cidades mortas, como tantas outras florescentes e hoje esquecidas» (*O Distrito de Bragança*, 1937, p. 7).

Como se pode ver, a subordinação da periferia ao centro foi complexa, com algumas hesitações e a construção de equilíbrios necessários ao 'saber durar' do salazarismo. Se tal ocorria nas estruturas municipais, no que respeita aos organismos corporativos, a sua implantação partiu das principais características socioeconómicas das regiões. Porém, é de frisar que nas zonas em que tal se verificou, a instituição dos grêmios ou sindicatos nacionais foi o expediente para resolver problemas económicos ou tensões laborais. Nesta área também foram relevantes os organismos de coordenação económica. Na sua função de tutelar vários setores, sobretudo os que se encontravam ligados às exportações, converteram-se em organizações habilitadas a enformar as práticas económicas dos agentes, de acordo com as várias conjunturas em que se inseriram.

A estruturação do novo modelo administrativo corporativo era semelhante a uma pirâmide tripartida. No topo encontravam-se as corporações, que integravam os organismos intermédios e, caso estes não existissem, as instituições de base, seguindo-se as diversas agremiações destas corporações, federações e uniões, e por fim, na base, encontravam-se as unidades que compunham a restante constelação corporativa: os grêmios, sindicatos e casas do povo e dos pescadores. A característica principal do corporativismo português foi a gestão pragmática de aspetos contraditórios, encontrando-se esta matizada, não constituindo um bloco uno, nomeadamente, nas dinâmicas internas dos diversos organismos. Todavia, a reprodução destes organismos acabou por cobrir o território metropolitano na sua totalidade.

Seguindo Edward Shills, a construção do corporativismo ao nível local provinha de um sistema institucional central por dois motivos: por um lado, trata-se de um conjunto de instituições «legitimado pelo sistema central de valores», neste caso, os valores corporativos e de nacionalismo económico; por outro lado, é também um sistema constituído por instituições que «devido à irradiação da sua autoridade dão alguma forma à vida de uma secção considerável da população de uma sociedade» (SHILLS, 1992, p. 58), ou seja, no caso em estudo, aos trabalhadores agrícolas. É evidente que a instituição de tal sistema não foi um processo homogéneo. A autoridade imposta não foi percecionada do mesmo modo pelas várias camadas da população, tendo sido aceite de forma intermitente, fragmentada ou até mesmo contestada (FREIRE, 2002). Essa não linearidade do processo de territorialização do Estado atesta que, à semelhança de outros regimes (EBNER, 2017), o consenso não era completo, sendo mantido pela estrutura repressiva da ditadura e a segregação coerciva dos opositores. Em suma, o corporativismo português foi um «instrumento de dominação de classes e de imposição autoritária de uma colaboração orgânica entre actores sociais diversos» (GARRIDO, 2017, p. 127).

Através deste cenário, poder-se-á considerar que o poder infraestrutural do Estado Novo, ou seja, «the capacity of the state to actually penetrate civil society, and to implement logistically political decisions» (MANN, 1984, p. 189), se revelou assimétrico. As elites locais não se mostraram, em muitos casos, particularmente tendentes à adesão espontânea, num primeiro momento, ao ideário político emergente e, num segundo, às instituições corporativas. A cooptação de elites e a criação de lugares de negociação é essencial para a durabilidade dos regimes autoritários. Também as populações enquadradas em grêmios, casas do povo ou casas dos pescadores não mostraram propensão para a adesão autónoma a tais organismos, sendo a sua filiação obrigatória. Como alguma historiografia tem vindo a reiterar, em Portugal, na ausência da capacidade de tornar o corporativismo como algo verdadeiramente orgânico surgiu, em substituição do que a teoria preconizava, um «corporativismo de Estado», numa lógica em que «os «políticos» locais existiam apenas por tolerância dos políticos superiores» (RIEGELHAUPT, 1979, p. 509).

Esta visão estatizante das realidades locais também se baseava numa retórica nacionalista, segundo a qual, o corporativismo proporcionava o reencontro das gentes com a sua identidade tradicional. Harmonia, solidariedade e ordem tornar-se-iam vocábulos de um léxico construído a partir de uma clara intenção de impor uma natureza política consensual, convocando elementos jurídicos e até etnográficos. No caso dos campos, entendia-se que era aí que «as distâncias esbatem-se, as distâncias encurtam-se [...] na mesma aldeia pequena cria um ambiente de solidariedade» (RIBEIRO, 1945, p. 289). Já Marcello Caetano via, nestas mesmas zonas rurais, uma «comunidade de homens de diferentes classes que, pelas circunstâncias da sua vida colectiva, todo ao redor da terra, são chamados à cooperação» (CAETANO, 1938, p. 78). Em sintonia com este pensamento podemos ver alguns dirigentes dos grémios que os consideravam como «peças nobres na fábrica da nacionalidade» tendo estes, como objetivo, «valorizar a mãe terra que nos dá alimento e que nos guarda quando a vida terminar»<sup>5</sup>.

Seguindo a sugestão de Manuel de Lucena, o Estado Novo comportaria uma noção de «fascismo linfático» (LUCENA, 1976, p. 40), acentuando a ideia da imagem de um corpo, no qual todos os membros deveriam permanecer em sintonia para o seu regular funcionamento, quer no campo das relações sociais, quer no campo das forças produtivas envolvidas no processo económico. Assim, o que regia as atitudes governativas assentava sobretudo em valores conservadores, nos quais a liberdade de associação e a formação dos sindicatos ficava coarctada, face à preservação de um ideal de sociedade, que se pretendia harmónico e sem contestação. Como se verá adiante, a existência dos grémios da lavoura atesta estes propósitos pois era nestas instituições que os trabalhadores e patrões deveriam resolver contendas laborais, sob a vigilância do Estado que assumia um carácter panóptico.

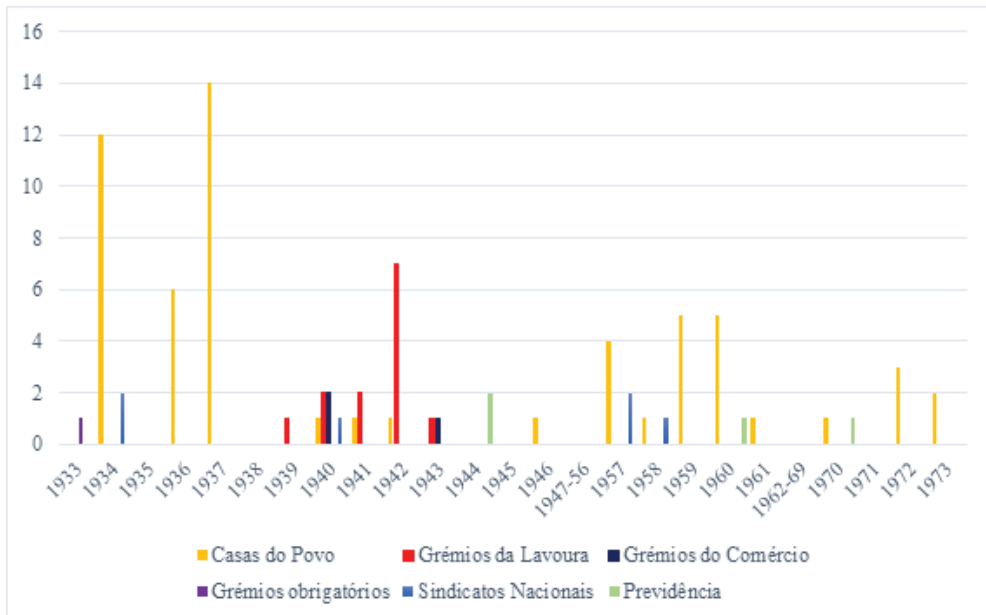
### **Bragança: a realidade agrária regional e os organismos corporativos**

Aquando do início do corporativismo como prática, o distrito de Bragança nos anos 1930 apresentava-se como um distrito rural por excelência. Tal como nos restantes distritos do interior continental, estava enredado em modestos níveis de desenvolvimento, com escassos indícios de industrialização, claro sintoma da sua marginalidade geoeconómica<sup>6</sup>, empregando-se a esmagadora maioria da população nas atividades agrícolas. Em meados da década de 1940, dos 213 233 habitantes do distrito, 51 548 viviam da agricultura, dos quais 72,5% eram homens, a cargo dos quais estavam as suas famílias que representavam 76% da população (GRAÇA, 1945, p. 32).

A edificação do aparelho corporativo em Bragança não mostrou disrupções com o que ocorreu nos vários distritos do país. Se foi notada «uma agitação de elites das suas bases, tais como os governadores civis e os presidentes das comissões administrativas municipais» (SANTOS, 2011, p. 132), no caso da criação da rede de organismos corporativos, esse foi um processo menos suscetível a provocar atritos. Nos primeiros anos do regime verificou-se a criação de um grande número destes organismos, indo ao encontro da intenção do Estado Novo em prover as várias regiões com casas do povo, grémios, sindicatos nacionais e caixas de previdência (Gráfico n.º 1).

5 AHP, Assembleia Nacional, Comissão de Inquérito aos Elementos da Organização Corporativa, cx. 48, n.º 10.

6 Seguimos a seguinte definição de marginalidade: «a persistência de elementos que ocuparam uma presença central em regimes de acumulação e modos de regulação anteriormente dominantes.» (FERRÃO; BUTLER, 1988, p. 357).



**Gráfico n.º 1 – Organismos corporativos criados em Bragança (1933-1973).**

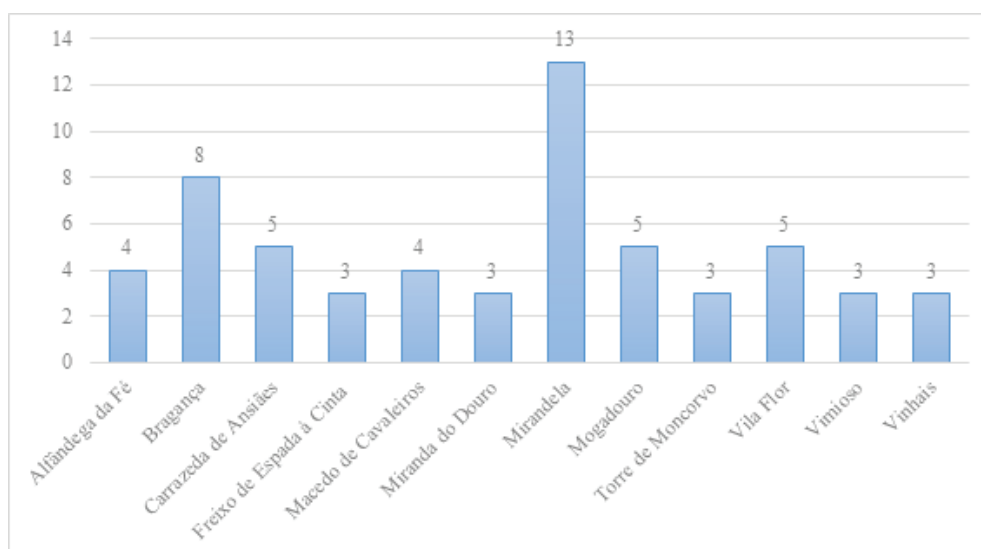
Fonte: Elaboração própria a partir do Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (1933-1974).

O cariz esmagadoramente rural ditou que, logo em 1933, tenha sido instituído, por decreto governamental, um grémio de filiação obrigatória, o Grémio dos Vinicultores de Carrazeda de Ansiães. Esta foi a única instituição gremial com estas características que surgiu nesta zona, responsável no concelho pela produção de vinho do porto e de vinho de pasto. Neste grémio estavam agregadas empresas, sociedades ou firmas, atestando uma dupla função. Se por um lado, fornecia uma base para a representação de interesses económicos, por outro, assegurava os mecanismos para o controlo e regulação do processo produtivo, neste caso, da vinicultura.

A este grémio de filiação obrigatória seguir-se-iam as casas do povo. Em janeiro de 1934, surgiu a primeira, na freguesia de Felgar, em Moncorvo. A criação deste tipo de organismos corresponde a conjunturas nas quais o corporativismo se mostrou apto a uma certa plasticidade funcional, como ocorreu em outros distritos<sup>7</sup>. Se o surgimento das casas do povo ocorre nos primeiros anos do regime, o reforço institucional da rede é feito nos anos da guerra, através dos grémios da lavoura. Mais tarde, entre os anos de 1957 a 1961 e de 1970 a 1973, o distrito de Bragança viu surgir nos seus concelhos mais casas do povo, correspondendo, respetivamente, aos anos da 'segunda arrancada' do corporativismo e aos das mutações trazidas pelas políticas sociais do marcelismo, nas quais se inclui a reorganização das casas do povo e suas federações, através da Lei n.º 2144, de 29 de maio de 1969 e a extensão da previdência aos trabalhadores rurais. Esta periodização aplica-se no restante território, caracterizando-se pela morosidade e intermitência.

7 Para o caso de Braga ver PEREIRA, 2016.

Notória era também a assimétrica cobertura das casas do povo em Bragança, quando comparada com outros distritos – existindo maior densidade em Braga, com 108, em Viseu, com 99, e em Santarém, com 74. No distrito em análise, num total de 59 casas, criadas entre janeiro de 1934 e fevereiro de 1973, a maioria encontrava-se em Mirandela (22%), seguindo-se Bragança (14%), distribuindo-se as restantes, de forma idêntica, por Carrazeda de Ansiães, Mogadouro e Vila Flor (8%); Alfândega da Fé e Macedo de Cavaleiros (7%) e, por fim, e em menor número, por Freixo de Espada à Cinta, Vimioso e Vinhais (3%). Devido ao facto de ter poucas casas do povo, não é de estranhar que, em 1946, o Grémio da Lavoura de Freixo de Espada à Cinta refira que, em matéria laboral e de contratos de trabalho, «não tem sido, por enquanto, possível a sua criação em boas condições de funcionamento, por motivo de ordem diversa que, no entanto, esperamos possam vir a modificar-se»<sup>8</sup>. Refira-se que, em 1959, foi fundada a Federação das Casas do Povo do Distrito de Bragança.



**Gráfico n.º 2 – Número de casas do povo criadas em Bragança (1933-1944).**

Fonte: Elaboração própria a partir do *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência* (1933-1974).

A organização patronal estava concentrada nos grémios da lavoura, sendo estes entendidos como «os viáveis das 'elites' da lavoura das suas regiões» (GRAÇA, 1945, p. 52). Em Bragança, esta dimensão do corporativismo só conhecerá a sua materialização em 1939, com a criação do Grémio da Lavoura de Macedo de Cavaleiros. Cumprindo as normativas legais, todos os concelhos brigantinos tinham o seu próprio Grémio da Lavoura, embora noutros pontos do País um grémio pudesse abarcar vários concelhos. A criação de todos estes grémios durante a Segunda Guerra Mundial atesta como estes organismos se vieram a converter em auxiliares da máquina burocrática instalada nesses anos, tornando mais tangíveis as tarefas do Estado, como por exemplo, o racionamento e controlo da produção agrícola.

<sup>8</sup> AHP, Assembleia Nacional, Comissão de Inquérito..., cx. 50, n.º 11.

**Tabela n.º 1 – Grêmios da Lavoura em Bragança (1939-1943)**

Designação	Data de criação
Grémio da Lavoura de Alfândega da Fé	26.4.1941
Grémio da Lavoura de Bragança	22.5.1940
Grémio da Lavoura de Carrazeda de Ansiães	13.7.1942
Grémio da Lavoura de Freixo de Espada-à-Cinta	12.10.1942
Grémio da Lavoura de Macedo de Cavaleiros	23.11.1939
Grémio da Lavoura de Miranda do Douro	1.8.1942
Grémio da Lavoura de Mirandela	14.9.1942
Grémio da Lavoura de Mogadouro	13.8.1943
Grémio da Lavoura de Moncorvo	31.7.1942
Grémio da Lavoura de Vila Flor	31.8.1942
Grémio da Lavoura de Vimioso	6.8.1940
Grémio da Lavoura de Vinhais	19.8.1941

Fonte: Elaboração própria a partir do *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência* (1933-1974).

As funções que estavam reservadas aos grêmios da lavoura eram várias, contando-se entre elas, a organização dos serviços, contratação de pessoal; elaboração dos orçamentos, relatórios e contas de gerência anuais a apresentar ao Conselho Geral; arrecadação de receitas; execução e cumprimento das disposições legais; nomeação dos seus representantes nas corporações (possível, apenas, nos finais dos anos 1950); assinatura dos contratos e acordos coletivos de trabalho e representação dos agremiados nas negociações. Da estrutura dirigente dos grêmios da lavoura fazia parte um presidente, dois vogais e respetivos substitutos eleitos pelo Conselho Geral, reunindo este último os 20 maiores produtores agrícolas do concelho. Por produtores entendia-se as entidades singulares e coletivas que fossem proprietários, administradores de prédios rústicos como rendeiros ou parceiros e administradores, na ausência dos proprietários e outras entidades.

Recuperando algumas das ideias dos primeiros tempos do regime estado-novista, Gonçalves de Proença defendia que os grêmios da lavoura correspondiam a uma «exigência natural da vida colectiva agrária» devido à «vida comunitária rural, e se traduz no sentido colectivista da sua gente» (PROENÇA, 1962, p. 18). Para assegurar ou resgatar esse mesmo sentimento comunitarista, a instituição dos grêmios deveria ser uma realidade palpável, agregando os produtores de cada concelho.

De acordo com as disposições do Decreto-Lei n.º 36 881, de 19 de dezembro de 1947, foi criada pelo alvará de 23 de setembro de 1960, a Federação dos Grêmios da Lavoura do Nordeste Transmontano (FGLNT), com sede em Bragança. Nessa data também nasceu a Federação dos Grêmios da Lavoura de Vila Real e Alto Douro, abarcando, além de Bragança, os distritos da Guarda, Vila Real e Viseu. A direção destes organismos de grau secundário era constituída por um presidente e um vice-presidente, numa primeira fase, livremente nomeados pelo ministro das Corporações e Previdência Social, e, seguidamente, eleitos a cada três anos. As atribuições destas federações eram, entre outras, a coordenação, orientação e fiscalização da ação dos grêmios, além da sua representação em outros organismos oficiais. Faziam ainda a propaganda dos produtos regionais, criando até



marcas regionais, procurando a valorização dos produtos da região em que se situavam. De entre as iniciativas tomadas pela Federação, conta-se a organização da mecanização agrícola coletiva, em 1966, em colaboração com os grémios e cooperativas agrícolas, com o fim de servir as necessidades da lavoura local, garantindo o menor custo de produção, bem como uma maior eficiência na utilização da maquinaria disponível. Esta simbiose de interesses mostrava que «apoio, orientação, coordenação deverão ser as missões dos Grémios da Lavoura junto das Cooperativas Agrícolas ou dos proprietários rurais que as pretendam formar» (CASTRO, 1962, p. 232).

Na generalidade dos casos, a relação entre os grémios e a FGLNT pautou-se pela normalidade. Contudo, tal não ocorreu com o Grémio da Lavoura de Moncorvo. Em 1963, a política seguida por este Grémio, na relação entre os produtores de figo e um destilaria da zona, foi entendida como «defeituosa» pois mantivera a «actividade parasitária e prejudicial de intermediário»<sup>9</sup>. Tal facto levou à intervenção direta da Federação e à apresentação de queixas no Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, o que justificou o pedido de demissão coletiva da gerência.

Definido este contexto e para ir ao encontro do objetivo principal do texto, focar-nos-emos, nas próximas páginas, em alguns aspetos principais da atuação dos Grémios da Lavoura, revelando a sua capacidade de se imiscuir no quotidiano das populações de Bragança.

## **As lógicas de intervenção dos grémios da lavoura brigantinos**

### **Os anos iniciais entre a guerra e a paz (1939-1950)**

Apesar da neutralidade de Portugal, o impacto da Segunda Guerra Mundial evidenciou a posição periférica da economia nacional e a natureza do tecido produtivo, exacerbando fragilidades e pondo em causa a autarcia que conduziu a política económica nos anos 1930. O intervencionismo estatal fortaleceu-se através de um maior controlo sobre os bens essenciais de consumo alimentar e as matérias-primas energéticas e industriais, verificando-se a criação de vários organismos de coordenação económica. Tal facto vai ao encontro da posição defendida pelo governo, segundo a qual, «a organização económica corporativa defende a ordem contra a desordem, os que pouco possuem contra os gananciosos» (PINTO, 1945, p. 21). Já do ponto de vista político, a guerra criou um clima propício à crispação interna, assistindo-se aos primeiros desentendimentos entre as forças em presença e o início de uma clivagem entre conservadores e reformistas.

Os efeitos da guerra não se esgotaram com o fim das hostilidades, em 1945, prolongando-se as dificuldades que o conflito extremou. A organização corporativa precisou de responder e corresponder às exigências próprias de um período de confrontação bélica. Na base das interrogações suscitadas pela guerra sobre este modelo e a sua aplicação, surgiram as fragilidades e contradições apontadas pelo inquérito à organização corporativa de 1947, que assinalava uma verdadeira «erupção de paradoxos» (ROLLO, 2012, p. 191). Como bem notou Jorge Borges de Macedo, se o corporativismo «teve algumas vantagens para a nação, no decurso do racionamento e da necessidade de enfrentar uma situação de escassez, nunca ninguém o experimentou, na abundância» (MACEDO, 1995, p. 21).

Como já tivemos oportunidade de referir, o período cronológico da criação dos grémios da lavoura brigantinos correspondeu aos anos do conflito mundial, não se tratando de uma mera coincidência temporal. A organização dos produtores agrícolas, sobretudo em regiões periféricas, como a transmontana, revelou-se

<sup>9</sup> ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 128, proc. 3.

como algo incontornável face à necessidade de o regime «intervir em domínios onde o Estado é menos eficaz» (MADUREIRA, 2002, p. 70). Além de convocar a organização corporativa nessa tarefa, também foram criadas as comissões reguladoras do comércio local, além da Intendência-Geral dos Abastecimentos.

Como características dominantes nesta zona específica do país, encontravam-se, no que à agricultura concerne, semelhanças com o restante panorama nacional. As condições naturais somadas aos problemas decorrentes da evolução da guerra propiciaram alterações na conjuntura em que o setor primário se encontrava. Alguns grémios da lavoura alertavam para o facto do seu funcionamento se encontrar dificultado devido ao contexto então vivido. O de Vimioso chamava a atenção para as suas atividades marcadas por um período de «anormalidade e em que tem estado todo o Mundo devido à grande crise que a guerra nos trouxe e da qual ainda estamos a ressentir»<sup>10</sup>. As dificuldades levantadas traduziam-se, muitas vezes, nas incapacidades sentidas pelos produtores e pelos próprios dirigentes gremiais. Em Moncorvo lamentava-se não existir «outro auxílio na colocação dos produtos que não seja um mais justo tabelamento e mais eficiente repressão do mercado negro»<sup>11</sup>.

Ainda assim, os grémios da lavoura procederam, na medida das suas possibilidades, à tentativa de prover os materiais necessários ao normal funcionamento da atividade agrícola. Em Alfândega da Fé, Moncorvo, Vila Flor e Vimioso foram criadas mútuas de seguros para gado, algo que foi tentado em Freixo de Espada à Cinta, embora tenha fracassado devido à «incompreensão dos proprietários»<sup>12</sup>. Em Carrazeda de Ansiães essa iniciativa não foi levada a cabo dado o pouco capital de que a entidade gremial dispunha. O surto de uma praga de escaravelhos da batata, que se fez sentir em Alfândega da Fé, Mogadouro e Vinhais, foi igualmente combatido pelos grémios, através do fornecimento de nitratos e pulverizadores aos proprietários afetados. De forma a minorar as consequências das dificuldades então sentidas, foram ensaiadas algumas estratégias enquadradas no reforço da disciplina corporativa. Em Alfândega da Fé foi continuada, dentro das normas vigentes, a colocação de produtos regionais, nomeadamente da amêndoa, nos circuitos comerciais. Para isso, foi feita a inscrição dos produtores de amêndoa no Grémio dos Exportadores de Fruta, estrutura anexa à Junta Nacional das Frutas, estabelecendo-se contactos com firmas exportadoras estrangeiras, embora sem resultados positivos. No campo do contacto com os organismos de coordenação económica, em Carrazeda de Ansiães a distribuição de trigo e centeio foi feita através da Federação Nacional dos Produtores de Trigo. Já a de batata foi realizada através da Junta Nacional das Frutas, indo ao encontro das disposições legislativas impostas a partir de finais de 1943. Em Moncorvo foi incentivada a cultura de melão e cânhamo, promovendo a visita de um técnico aos meloais do Vale da Vilarça, em 1945.

Um dos principais problemas dos trabalhadores agrícolas foi o fornecimento de adubos. Antes da guerra, «a indústria portuguesa ainda não produzia adubos azotados» (ROSAS, 1990, p. 130), como o sulfato de amónio, o nitrato de sódio ou o nitrato de amónio, este último utilizado na cultura da batata, tão importante para a região de Bragança. Não é de estranhar que, dados estes obstáculos, fosse considerada «espinhosa a missão de zelar os interesses da lavoura, a fim de obter os produtos necessários»<sup>13</sup>. Em Vila Flor, facilitou-se «o levantamento de importâncias, na Caixa Nacional de Crédito, com o fim de [os associados] poderem comprar adubos necessários às suas explorações agrícolas»<sup>14</sup>.

10 AHP, Assembleia Nacional, Comissão de Inquérito..., cx. 48, n.º 10.

11 AHP, Assembleia Nacional, Comissão de Inquérito..., cx. 49, n.º 1.

12 AHP, Assembleia Nacional, Comissão de Inquérito..., cx. 50, n.º 11.

13 AHP, Assembleia Nacional, Comissão de Inquérito..., cx. 49, n.º 5.

14 AHP, Assembleia Nacional, Comissão de Inquérito..., cx. 6, n.º 3.

A falta de capital dos grémios da lavoura foi outra constante neste período, devido às dificuldades levantadas à cobrança de quotas. Uma situação transversal a outros grémios, nos quais, «nem por isso a hostilidade às quotas foi pequena, pouco sendo os que as pagavam de boa vontade» (LUCENA, 1999, p. 131). Problemas houve também na circulação de pessoas e mercadorias entre os concelhos, sendo várias vezes referido a deficiente rede viária e ferroviária do distrito e «a falta de transportes que o endemoninhado estado de guerra tem provocado»<sup>15</sup>, entraves que ainda se deparavam à construção do mercado interno.

A vida quotidiana viu-se altamente afetada no decurso das hostilidades de 1939-1945. O racionamento foi uma das características principais da economia de guerra. Como Costa Leite afirmou, apesar de ser «difícil, cheio de inconvenientes e perigos [...] é necessário que a restrição do consumo se faça equitativamente em todos os consumidores» (LEITE, 1943, p. 366). Em 1942, a direção do Grémio da Lavoura de Vimioso alertava para a escassez de sabão que se vivia no concelho. Descreveu o cenário do seguinte modo: «imensamente triste é que lutando estes raianos com tamanha escassez de sabão [...] este estado actual de coisas não é razoável e não é justo que, pelo facto de sermos fronteiriços, não nos possamos lavar como o fazem aqueles que mais para o interior do país». Também a falta de forragens afetou a produção pecuária de Vinhais. O racionamento de cereais que então se vivia vigiado pela Intendência-Geral dos Abastecimentos e pelo Instituto Nacional do Pão, levava a que as reservas da produção cerealífera fossem «para consumo do pessoal das suas casas e uma quantidade mais que modesta»<sup>16</sup>. Como consequência, a fome dos gados e a diminuição de peso dos animais levaram à depreciação dos preços por cabeça.

Como salienta António José Telo, «os preços das colheitas são tabelados por baixo, especialmente nos sectores menos organizados do Centro e Norte» (TELO, 1987, p. 78). Um tabelamento que provocava interrogações: «mas porque é o lavrador obrigado a vender à tabela, e a comprar segundo o critério do industrial ou comerciante?»<sup>17</sup>, existindo, em Vimioso, algumas críticas implícitas à atuação da Junta Nacional dos Produtos Pecuários. Outros problemas também prejudicaram a agricultura da região. Em 1944, a produção agrícola vinhaense sofreu quebras devido à queda de granizo, levando o Grémio a sugerir «um subsídio aos sinistrados, a anulação da sua contribuição predial rústica», medida que poderia ajudar também ao «prestígio do Estado Novo e da Organização Corporativa da Lavoura»<sup>18</sup>. Manter a visão positiva destes organismos seria vital para o regime, num período em que, de forma muito clara, os grémios se convertiam num «mero instrumento de uma política impopular para o pequeno agricultor» (TELO, 1991, p. 10).

Em suma, o reconhecimento da realidade transmontana sintetizava-se na pergunta lançada pelo padre Manuel António Faria, presidente da direção do Grémio da Lavoura de Macedo de Cavaleiros: «tem havido faltas, muitas, bem o sabemos, e para que negá-lo?»<sup>19</sup>. Por sua vez, a Direção do Grémio da Lavoura de Moncorvo reconhecia que a sua atuação fora «perfeita ou completa e que muitas das reclamações e comentários são desprovidos de sérios fundamentos»<sup>20</sup>. De facto, e apesar da neutralidade portuguesa, negar os impactos que a guerra tinha tido nas vivências da população tornava-se tarefa impossível. Porém, em algumas ocasiões, o ônus

15 AHP, Assembleia Nacional, Comissão de Inquérito..., cx. 53, n.º 36.

16 AHP, Assembleia Nacional, Comissão de Inquérito..., cx. 48, n.º 6.

17 AHP, Assembleia Nacional, Comissão de Inquérito..., cx. 48, n.º 10.

18 AHP, Assembleia Nacional, Comissão de Inquérito..., cx. 48, n.º 6.

19 AHP, Assembleia Nacional, Comissão de Inquérito..., cx. 53, n.º 36.

20 AHP, Assembleia Nacional, Comissão de Inquérito..., cx. 29, n.º 10.

da responsabilidade não recaía sobre os grémios, mas sobre a própria população. Incompreensão e falta de espírito colaborativo entre os associados eram por vezes apontados, no que se considerava ser uma «luta com os de baixo – uma luta com os de cima»<sup>21</sup>.

### **Perfis de atuação e aspetos da gestão interna perante as mudanças socioeconómicas (1950-1974)**

O segundo pós-guerra foi, em Portugal, um momento de viragem do ponto de vista económico. Até aos anos 1950, o discurso e a praxis salazarista tinham exacerbado as virtudes de uma economia cujo desenvolvimento passava, necessariamente, pelos apoios concedidos ao setor agrícola. Porém, como aludimos anteriormente, as dificuldades levantadas durante a Segunda Guerra Mundial e nos anos imediatos ao seu termo questionaram, em toda a linha, a autarcia e a apologia da agricultura. Os passos dados pela facção industrialista do regime conduziram a uma inflexão das prioridades estabelecidas, passando a existir, nos anos seguintes, uma maior margem de manobra para a concretização de uma política económica assente no desenvolvimento das indústrias. É assim que se começa a dar uma rápida perda de protagonismo da agricultura no cômputo geral da economia nacional, com vastas consequências, nomeadamente nos distritos mais fortemente assentes na exploração da terra. Em Bragança verificou-se «um predomínio ainda maior do setor agrícola, vocacionado essencialmente para o autoconsumo, com baixos níveis de produtividade e de tecnologia» (SOUSA, 2012, p. 138).

O rápido desenvolvimento do setor secundário registado neste período e impulsionado, sobretudo, após o II Plano de Fomento (1959-1964) teve os seus impactos em Trás-os-Montes. Exemplo dessas alterações foi a construção do Complexo Agro-Industrial do Cachão, em Mirandela, em 1963, projeto impulsionado pela FGLNT e cujo objetivo passava por «promover a transformação industrial adentro dos moldes desejados pelos mercados visados, em grau elevado de qualidade» (*Nordeste: boletim da organização regional da lavoura*, jul.-ago. 1968, p. 1). Outros projetos como o plano de valorização do planalto de Alfândega de Fé, com as suas obras de rega, barragem e investimento nas culturas arvenses e horto-industriais demonstravam as novas possibilidades de modernização do distrito. Cabe aqui referir que tais iniciativas se enquadram numa lógica mais vasta de modernização regional, ideia que começava a colher a atenção de certas elites. Era entendido que deveria proceder-se a um «ordenamento regional, através da reorganização da economia, [que] originará localmente novos empregos; a ruralização dos campos, pela criação de escolas, centros culturais, pelo abastecimento de água e electricidade, pela melhoria dos transportes» (LEMOS, 1963, p. 194). Todos estes elementos eram considerados necessários para uma maior fixação das populações e um decréscimo do êxodo rural.

Denotaram-se também mudanças a nível das culturas, datando deste período o incremento da produção de lúpulo, malte e cevada dística, matérias-primas para o fabrico de cerveja, além do incentivo à cultura de espargos, ervilhas e pêssegos. A pecuária, outras das bases da atividade agrária regional, foi alvo das políticas coevas, em forte associação com a FGLNT, nomeadamente, na reconversão da ovinicultura e na implementação de uma cadeia frigorífica (*Nordeste: boletim da organização regional da lavoura*, set.-out. 1969, p. 3). Porém, as continuidades suplantaram as ruturas. Neste sentido, a batata foi dos produtos que mais atenção obteve das estruturas corporativas locais, não apenas devido ao peso económico que ocupava, mas também pela importância que tinha no consumo alimentar. Também os cereais como o trigo e o centeio continuaram a absorver grande

21 AHP, Assembleia Nacional, Comissão de Inquérito..., cx. 29, n.º 10.

parte dos esforços das estruturas corporativas. No final dos anos 1960, o distrito de Bragança era «o 3º produtor de trigo do País – cerca de 10% – e o primeiro de centeio – cerca de 25% – sendo na cumulação de centeio, milho e trigo o segundo produtor» (*Nordeste: boletim da organização regional da lavoura*, jul.1965, p. 19). Assim era necessário «prestar colaboração o mais completa possível, aos Serviços Agrícolas Regionais»<sup>22</sup>, como dá conta a gerência do Grémio da Lavoura de Bragança.

A interferência dos grémios fazia-se sentir na comercialização de vários produtos, funcionando como correia de transmissão entre os produtores e outras instituições como a FGLNT ou organismos de coordenação económica, destacando-se a Federação Nacional dos Produtores de Trigo, a Junta Nacional do Vinho ou a Junta Nacional dos Produtos Pecuários. Além disso, fazia manifestos da produção dos vários concelhos, com natural destaque para as principais produções agrícolas da região: vinho, cereais e frutas. Usando as prerrogativas legais, também concedia empréstimos aos produtores, por intermédio da Caixa Nacional de Crédito, e fazia o fornecimento de produtos, como adubos ou alimentos concentrados, aos associados para as suas propriedades e animais.

Vivendo da agricultura, com uma população impregnada na ruralidade, a superação do pesado fardo da interioridade fez-se à custa da saída da sua população. As migrações e o êxodo rural dos anos 1960 compunham um quadro de crise caracterizado pela «falta de mão-de-obra rural que se vai fazendo sentir cada vez com maior intensidade [...] a impossibilidade da Lavoura local suportar a alta de salários que se vem acentuando de ano para ano»<sup>23</sup>. A isto juntaram-se alguns maus anos agrícolas como os de 1968 e 1969. A conjuntura em que se encontrava a agricultura transmontana também se devia, na visão de alguns, à «desactualização de técnicas e culturas e actividades parasitárias de alguns elementos dispensáveis do circuito produção-consumo»<sup>24</sup>, isto é, aos intermediários, situação notada por vários organismos governativos. Uma das soluções preconizadas seria, de uma forma genérica, a modernização do setor pois, no «parecer dos técnicos o mal está na rotina e, por isso, advogam uma mecanização intensa e onde não é possível o recurso à arborização» (Grémio da Lavoura de Moncorvo, 1968, p. 5). Este era o contexto ao qual os grémios da lavoura teriam de fazer face até ao fim do regime.

Através de um inquérito realizado pela Inspeção dos Organismos Corporativos<sup>25</sup> (IOC), em 1963, é possível fazer um retrato da situação vigente no domínio gremial corporativo no país neste período. Com a ressalva de o Grémio da Lavoura de Alfândega da Fé não ter facultado as informações pedidas, no que ao quadro administrativo diz respeito, os grémios brigantinos empregavam 75 pessoas, existindo, à época, 12 vagas. Ao nível das estruturas dirigentes dos grémios, as habilitações literárias dos gerentes eram escassas (cf. Tabela n.º 2), não tendo sido contratado pessoal com cursos superiores, o que se devia «às baixas remunerações oferecidas»<sup>26</sup>.

22 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 127, proc. 1.

23 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 127, proc. 3.

24 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 128, proc. 4.

25 Estrutura anexa à Direção-Geral do Trabalho e Corporações, sob a tutela do Ministério das Corporações e Previdência Social. Criada pelo Decreto-Lei n.º 37 244, de 27 de dezembro de 1948, tinha como função, efetuar o serviço de inspeção e vigilância da atividade dos organismos corporativos e propor medidas para o regular funcionamento dos mesmos.

26 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 159, proc. 43.

**Tabela n.º 2 – Habilitações dos gerentes dos Grémios da Lavoura de Bragança (1963)**

Habilitações dos gerentes				
Instrução primária	Instrução secundária	Instrução média	Instrução superior	Ignorada
1	4	-	-	5

Fonte: ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 159, proc. 43.

Outros fatores poderão explicar esta situação, nomeadamente, algumas disposições que determinavam «a gratuidade do exercício de funções directivas, sem rebuços; o princípio da prioridade de nomeação de gerentes contratados com as habilitações fixadas na lei, sem desvios; e a proibição de acumulação de funções, como sistema»<sup>27</sup>. Disso mesmo dá conta o testemunho de António Carmona e Lima, presidente do Grémio da Lavoura de Bragança. Sobre o início do seu mandato, em 1955, evidenciou a sua relutância em exercer o cargo devido à sua «inexperiência» e as «intermitências dado que a minha vida profissional, os cuidados da administração da minha casa e até mesmo a Junta Diocesana da Acção Católica Portuguesa poucos momentos me deixavam livres»<sup>28</sup>. Casos existiam em que tal questão não se colocava. No Grémio da Lavoura de Miranda do Douro, nos finais da década de 1960, refere-se que o presidente da direcção, Alcino Augusto Lopes, «médico veterinário, é pessoa de muito prestígio na região, administrando as suas propriedades e dando ao Grémio uma atenção apreciável»<sup>29</sup>.

No campo do financiamento, e retomando a análise do inquérito de 1963, as receitas cobradas pelos grémios poderiam ser divididas do seguinte modo: quatro tiveram proventos iguais ou superiores a 150 contos; um grémio conseguiu ter resultados entre os 100 e os 150 contos e em três a cifra situou-se entre os 50 e 100 contos, existindo ainda três grémios com receitas na ordem dos 30 e 50 contos. Quanto às quotas dos inscritos, «para muitos Grémios uma das principais fontes de receita»<sup>30</sup>, três tinham tabelas de quotização com menos de 10 anos; enquanto os restantes oito cobravam quotas fixadas entre 1945 e 1949.

A cobrança de quotas também era um problema em vários grémios, como o de Vimioso: «em abono da verdade que em muitos casos a cobrança não era e não é feita por incúria dos empregados e passividade dos dirigentes»<sup>31</sup>. Já o pagamento aos associados também demonstrava alguns problemas. No final dos anos 1960, os pagamentos começaram a ser realizados através de cheques, algo «praticamente desconhecido das populações rurais do Nordeste Transmontano». O «elevado índice de analfabetismo limita a emissão de cheques nominativos»<sup>32</sup>, o que acabava por desequilibrar os valores existentes em numerário e em cheques nos cofres, como ocorreu em Vila Flor.

De referir também a escassa autonomia da propriedade associativa, havendo apenas dois grémios que tinham sede própria, estando os restantes dependentes de espaços alugados. Uma situação que em alguns concelhos se

27 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 159, proc. 34.

28 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 127, proc. 1.

29 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 127, proc. 6.

30 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 159, proc. 43.

31 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 128, proc. 5.

32 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 128, proc. 4.

tentava resolver. Em 1963, em Alfândega da Fé, as «modestíssimas» instalações do Grémio levaram à exigência de incluir no plano de trabalhos municipal «a construção da sede»<sup>33</sup>. O Grémio de Macedo de Cavaleiros iniciou a construção de uma sede própria e armazéns, em 1970, obra que contou com vários apoios, nomeadamente dos organismos de coordenação económica, como a Junta Nacional dos Produtos Pecuários<sup>34</sup>. O mesmo já se tinha dado em Vila Flor, em 1968, tendo este grémio obtido financiamento para as obras através de um empréstimo da Junta de Colonização Interna, situação semelhante à de Mogadouro, também no mesmo ano<sup>35</sup>.

No distrito de Bragança, confluíam muitas das conclusões do inquérito realizado no País, como o funcionamento dos grémios da lavoura em edifícios arrendados, a cobrança de quotas fixadas em tabelas muito antigas e o regime de normalidade administrativa, com eleições regulares pelos associados.

A impreparação dos dirigentes na gestão corrente de alguns assuntos dos grémios poderá explicar alguns problemas levantados ao longo dos anos finais do regime, como a irregularidades nas contas. Veja-se o seguinte caso: sobre a utilização indevida dos fundos da Federação Nacional dos Produtores de Trigo, em 1970, a IOC chegou mesmo a sugerir que o Grémio da Lavoura de Bragança deveria «ver-se livre, quanto antes, de tão desastados dirigentes para assim tentar pôr termo a tão desastrada administração»<sup>36</sup>. Ainda assim, existiam casos em que a gestão era elogiada, como em Vinhais. Sobre o relatório e contas de 1960, a IOC salientou «a boa situação financeira de que o Grémio disfruta, resultado, certamente, duma administração sensata e criteriosa» e, no ano seguinte, as «contas bem elaboradas e formalmente certas»<sup>37</sup>.

O relacionamento entre as direções e associados nem sempre era fácil. No concelho de Bragança, em meados dos anos 1950, o diretor chegou mesmo a apelidar o seu grémio como um «asilado destinado a albergar funcionários incompetentes e madraços nem, que por amabilidades e favores se mascarassem as irregularidades nele cometidas»<sup>38</sup>. Outros problemas quotidianos também eram assinalados. No Grémio da Lavoura de Alfândega da Fé, os arquivos eram «em geral maus, desordenados, inexistentes até, com papéis perdidos por todos os armários. Basta dizer que a documentação do Caixa, embora presa em pastas, está por numerar»<sup>39</sup>. Situação idêntica se verificava em Miranda do Douro, onde «o arquivo e o expediente denotam desleixo na maneira como se encontram, com a correspondência [...] guardada a granel e coberta de pó»<sup>40</sup>.

O elencar destes problemas, notados nos relatórios da IOC, apontam como o corporativismo não foi uma realidade imutável, ao longo do regime. Se o forçoso arranjo colaborativo entre patronato e a classe trabalhadora poderia justificar diferendos, a ausência de formação de alguns dos dirigentes levava a que os problemas fossem cumulativos, arrastando-se os atrasos nas cobranças, os fundos monetários mal direcionados, a apresentação inadequada das contas ou a desorganização administrativa, como no caso dos arquivos.

33 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 127, proc. 2.

34 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 127, proc. 4.

35 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 128, proc. 2.

36 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 127, proc. 1.

37 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 128, proc. 6.

38 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 127, proc. 1.

39 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 127, proc. 2.

40 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 127, proc. 6.

## Notas conclusivas

O exercício do poder político no Estado Novo partiu de uma leitura nacionalista e conservadora dos valores e ideias que deveria nortear a sociedade portuguesa, cuja legitimidade assentou no uso de doutrinas em voga na crise do liberalismo europeu. É através deste enunciado que se estabeleceu o corporativismo como ideologia oficial do salazarismo.

Para o cumprimento desse princípio, várias foram as organizações criadas ao longo do regime, cobrindo, não apenas os vários setores da atividade económica, bem como estendendo-se por vários pontos do país. O distrito de Bragança, não ficou de fora desta situação. Aqui é possível encontrar vários tipos de organismos corporativos, com especial destaque para as casas do povo e os grémios da lavoura, algo que não é de estranhar, atendendo ao perfil agrícola coevo.

Através da análise específica dos grémios da lavoura, denota-se, desde logo, que os primeiros anos da sua existência testou a sua capacidade de resposta a problemas muito particulares derivados da guerra. A ordem de prioridades e o conjunto de medidas tomadas levou, em síntese, a um «aumento da dimensão e relevância do aparelho do Estado e da organização corporativa» (NUNES, 2012, p. 175). Como se pode ver no caso de Bragança, tal facto encontra, neste distrito, um exemplo claro de como os organismos corporativos viram o seu surgimento condicionado pelas metas estabelecidas pelo governo em assegurar a estabilidade económica das regiões agrícolas.

Já entre o final da guerra e a queda do regime estado-novista, os grémios da lavoura, operaram no que seria um contexto mais propício à realização da atividade corporativa. Porém, as mudanças que se deram entre os anos 1950 e 1960, sobretudo, o declínio da agricultura, colocaram em causa o seu funcionamento. Poderemos considerar que a marginalidade geoeconómica, a que fizemos menção inicialmente, poderá explicar as contradições, impasses e até conflitos em que as entidades gremiais de Bragança se viram enredadas.

## Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Parlamentar (AHP) – Assembleia Nacional, Comissão de Inquérito aos Elementos da Organização Corporativa, cxs. 6, 25, 29, 48, 49, 50 e 53.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – Inspeção aos Organismos Corporativos, cxs. 127, 128 e 159.

## Fontes impressas

*Nordeste: boletim da organização regional da lavoura*. 1964-1971.

*O distrito de Bragança*. Bragança: Tip. Académica/Câmara Municipal, 1937.

Grémio da Lavoura de Moncorvo, 1968 – *Relatório, balanço e contas da Gerência de 1967*. Mirandela: Tipografia Pinto.

## Bibliografia

AMARO, A.R., 2015 – O modelo político-administrativo do Estado Novo português: corporativismo e representação política das autarquias, 1936-1959. *Espacio, Tiempo y Forma*. 5 (27): 85-106.

ARAÚJO, A., 2003 – Mandarins, senhores da terra e políticos, in António Costa Pinto; André Freire (Org.) – *Elites, sociedade e mudança política*. Oeiras: Celta Editora, pp. 131-148.



- CAETANO, M., 1937 – O Município no Estado Novo, in *Uma série de conferências*. Lisboa: União Nacional/Centro de Estudos Corporativos, pp. 323-332.
- CAETANO, Marcello, 1938 – *Sistema corporativo*. Lisboa: Jornal do Comércio.
- CASTRO, M. C., 1962 – Cooperativas e Grémios da Lavoura, in I *Colóquio Nacional do Trabalho, da Organização Corporativa e da Previdência Social*. Lisboa: Gráfica Portuguesa, vol. III, pp. 225-236.
- EBNER, M., 2017 – Coercion, in Joshua Arthurs, Michael Ebner; Kate Ferris (Ed.) – *The politics of everyday life in Fascist Italy: outside the State?*. New York: Palgrave Macmillan, pp. 77-98.
- FERRÃO, J.; BUTLER, C. J., 1988 – Existem «regiões periféricas» em Portugal? *Análise Social*. XXIV(100): 355-371.
- FREIRE, D., 2002 – Sector vinícola contra a organização corporativa (1933-1937). *Ler História*. 42: 175-198.
- FREIRE, D., 2012 – Estado corporativo em acção: sociedade rural e construção na rede de Casas do Povo, in Fernando Rosas; Álvaro Garrido (Coord) – *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, pp. 273-302.
- GARRIDO, A., 2017 – As Casas dos Pescadores: corporativização e controlo social das comunidades marítimas, in Fátima Moura Ferreira; Francisco Azevedo Mendes; Natália Pereira (Coord.) – *A conquista social do território: arquitectura e corporativismo no Estado Novo*. Lisboa: Tenacitas, pp. 127-146.
- GONÇALVES, Assis, 1981 – *Relatórios para Oliveira Salazar, 1931-1939*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista.
- GRAÇA, Luís Quartín, 1945 – *Problemas da vida rural*. Lisboa: Livraria Luso-Espanhola.
- HESPANHA, A. M., 2003 – Os modelos jurídicos do liberalismo, do fascismo e do Estado social. Continuidades e rupturas. *Análise Social*. XXXVII(165): 1285-1302.
- LEITE (LUMBRALES), 1943 – *Economia de guerra*. Porto: Livraria Tavares Martins.
- LEMOS, R. S., 1963 – O ordenamento regional, in *Alguns problemas do meio rural*. Lisboa: Junta Central da Acção Católica, pp. 169-196.
- LUCENA, Manuel de, 1976 – *A evolução do sistema corporativo português: o salazarismo*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- LUCENA, M. de, 1999 – Grémios, in António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coord.) – *Dicionário de História de Portugal (1926-1974)*. Porto: Figuerinhas, vol. 8, pp. 125-135.
- MACEDO, Jorge Borges de, 1995 – *Marcelo Caetano e Marcelismo*. Lisboa: Edições Colibri.
- MADUREIRA, N. L., 1998 – O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957). *Análise Social*. XXXIII (148): 777-822.
- MADUREIRA, Nuno Luís, 2002 – *A economia dos interesses: Portugal entre as guerras*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MANN, Michael, 1984 – The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results. *European Journal of Sociology*. 25(2): 185-213.
- MANN, Michael, 2011 – *Fascistas*. Lisboa: Edições 70.
- NUNES, J. P. A., 2012 – Corporativismo e economia de guerra, in Fernando Rosas; Álvaro Garrido (Coord) – *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, pp. 165-177.

- OLIVEIRA, C., 1996 – O Estado Novo e os municípios corporativos, in César de Oliveira (Dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Temas & Debates, pp. 285-325.
- PAXTON, Robert O., 2004 – *The anatomy of fascism*. New York: Alfred. A. Knopf.
- PEREIRA, N. M., 2016 – Nós, o Povo: as redes das Casas do Povo nos alinhamentos corporativos (1933–1974). *Oficina do Historiador*, 9(2): 99-118.
- PINTO, Clotário Supico, 1945 – *Organização corporativa*. Lisboa: Editorial Império.
- PROENÇA, João Gonçalves de, 1962 – *Os grémios da lavoura na estrutura corporativa da nação*. Lisboa: Junta de Acção Social.
- RAMOS, R., 1986 – O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-1936). *Análise Social*. XXII(90): 109-135.
- RIBEIRO, J. J.T., 1945 – A organização corporativa portuguesa. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*. 5: 284-296.
- RIEGELHAUPT, J. F., 1979 – Os camponeses e a política no Portugal de Salazar – o Estado Corporativo e o “apoliticismo” nas aldeias. *Análise Social*. XV(59): 505-523.
- ROLLO, M. F., 2012 – Desmandos da organização corporativa e reencontros do corporativismo no rescaldo da II Guerra. O inquérito à organização corporativa em 1947, in Fernando Rosas; Álvaro Garrido (Coord) – *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, pp. 190-227.
- ROSANVALLON, Pierre, 1990 – *L'État en France: de 1789 à nos jours*. Paris: Éditions du Seuil.
- ROSAS, Fernando, 1990 – *Portugal entre a paz e a guerra (1939-1945)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- ROSAS, F., 2012, – O corporativismo enquanto regime, in Fernando Rosas; Álvaro Garrido (Coord) – *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, pp. 17-47.
- SANTOS, Maria Alcina Ribeiro Correia Afonso dos, 2011 – *Elites salazaristas transmontanas no Estado Novo: o caso de Artur Águedo de Oliveira (1894-1978)*. Coimbra: FLUC.
- SHILS, Edward, 1992 – *Centro e periferia*. Lisboa: Difel.
- SOUSA, Fernando de (Coord.), 2012 – *Bragança na época contemporânea (1820-2012)*. Porto: CEPESÉ.
- TELO, António José, 1987 – *Portugal na Segunda Guerra (1939-1941)*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- TELO, António José, 1991 – *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*. Lisboa: Vega, 2 volumes.